

NEOLIBERALISMO E A VULNERABILIDADE DO JOVEM LATINO-AMERICANO – FUTUROS POSSÍVEIS

NEOLIBERALISM AND THE VULNERABILITY OF LATIN AMERICAN YOUNG PEOPLE – POSSIBLE FUTURES

Juliana Toralles dos Santos Braga¹

Resumo: O tema do presente artigo é a vulnerabilidade dos jovens que vivem na América Latina diante da política neoliberal que assola os países latino-americanos nas últimas duas décadas, influenciando o acesso aos sistemas educacionais e precarizando o mercado de trabalho que irá recebê-los. O problema proposto é: as políticas neoliberais implantadas na América Latina nas últimas décadas expõem os jovens da região ao risco de estigmatização de forma duradoura e a vulnerabilidades políticas e sociais, o que leva à quebra de importantes elos de solidariedade social intra e entre gerações? O objetivo geral é demonstrar que as políticas neoliberais implantadas na América Latina nas últimas décadas expõem os jovens da região ao risco de estigmatização de forma duradoura e a vulnerabilidades políticas e sociais, em um cenário que não só não garante a proteção desses jovens, como os lança na precariedade, sem perspectivas diante da falta de condições de acesso a uma ensino superior de qualidade, à dificuldade de inserção no mercado de trabalho e à falta de garantias de segurança e sustento através dessa, o que leva à quebra de importantes elos de solidariedade social intra e entre gerações. O método de abordagem é o dedutivo e o método de procedimento monográfico com técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica será realizada nas seguintes bases de dados do banco de teses da Capes, periódicos avaliados no Qualis da Capes, bibliografia nacional e internacional.

Palavras-chave: América Latina; juventude; neoliberalismo; solidariedade.

Abstract: The theme of this article is the vulnerability of young people living in Latin America in the face of the neoliberal policy that has plagued Latin American countries in the last two decades, influencing access to educational systems and precariouslying the job market that will receive them. The proposed problem is: do the neoliberal policies implemented in Latin America in recent decades expose young people in the region to the risk of lasting stigmatization and political and social vulnerabilities, which leads to the breaking of important links of intra and intergenerational social solidarity? The general objective is to demonstrate that the neoliberal policies implemented in Latin America in recent decades expose young people in the region to the risk of lasting stigmatization and to political and social vulnerabilities, in a scenario that not only does not guarantee the protection of these young people, but also launches into precariousness, with no prospects in the face of the lack of conditions for access to quality higher education, the difficulty of entering the labor market and the lack of guarantees of security and livelihood through this, which leads to the breaking of important links of solidarity intra- and inter-generational society. The method of approach is the deductive and the method of monographic procedure with techniques of bibliographical and

¹ Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande, Doutoranda em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (bolsista CAPES) e advogada. Integrante do Grupo de Estudos em Direitos Humanos de Crianças, Adolescentes e Jovens e do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Inclusão Social do PPGD/UNISC. E-mail: jutsb@hotmail.com



documental research. The bibliographical research will be carried out in the following databases of the theses database of Capes, journals evaluated in Qualis of Capes, national and international bibliography.

Keywords: Latin America; neoliberalism; solidarity; Youth.

1. Introdução

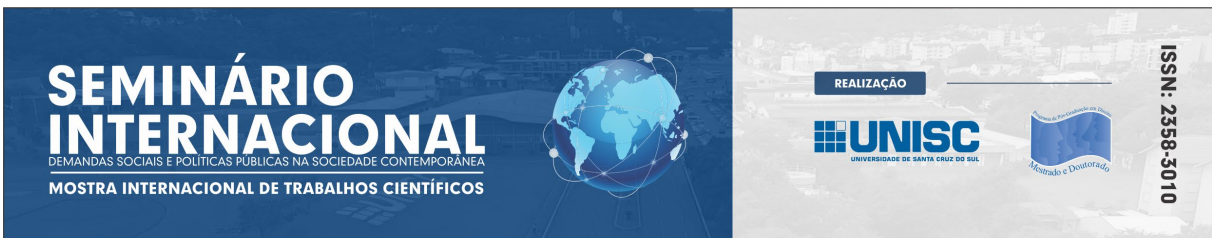
O tema do presente artigo é a vulnerabilidade dos jovens que vivem na América Latina diante da política neoliberal que assola os países latino-americanos nas últimas duas décadas, influenciando o acesso aos sistemas educacionais e precarizando o mercado de trabalho que irá recebê-los.

O problema proposto é: as políticas neoliberais implantadas na América Latina nas últimas décadas expõem os jovens da região ao risco de estigmatização de forma duradoura e a vulnerabilidades políticas e sociais, o que leva à quebra de importantes elos de solidariedade social intra e entre gerações?

O objetivo geral é demonstrar que as políticas neoliberais implantadas na América Latina nas últimas décadas expõem os jovens da região ao risco de estigmatização de forma duradoura e a vulnerabilidades políticas e sociais, em um cenário que não só não garante a proteção desses jovens, como os lança na precariedade, sem perspectivas diante da falta de condições de acesso a uma ensino superior de qualidade, à dificuldade de inserção no mercado de trabalho e à falta de garantias de segurança e sustento através dessa, o que leva à quebra de importantes elos de solidariedade social intra e entre gerações.

Para tanto são objetivos específicos: analisar a influência neoliberal nas políticas e direitos sociais na América Latina durante as últimas décadas; também, desenvolver a questão das vulnerabilidades dos jovens latino-americanos, que têm dificuldade de acesso à educação de qualidade e a um mercado de trabalho precário, que os recebe em um cenário de maximização da concorrência e da competitividade e os expõe ao precariado; e, por fim, traçar um panorama sobre a solidariedade intergeracional prejudicada.

A hipótese que se busca confirmar é a de que as políticas neoliberais implantadas na América Latina nas últimas décadas expõem os jovens da região ao risco de estigmatização de forma duradoura e a vulnerabilidades políticas e sociais, em um cenário que não só não garante a proteção integral desses jovens, como os lança na precariedade, sem perspectivas diante da falta de condições de acesso a uma ensino superior de qualidade, à dificuldade de inserção no mercado de trabalho e à falta de garantias de segurança e sustento através dessa, o que leva à quebra de importantes elos de solidariedade social intra e entre gerações.



O método de abordagem é o dedutivo e o método de procedimento monográfico com técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica será realizada nas seguintes bases de dados do banco de teses da Capes, periódicos avaliados no Qualis da Capes, bibliografia nacional e internacional.

2. A influência neoliberal nas políticas e direitos sociais na América Latina durante as últimas décadas

Chesnais (1996, p. 13) descreve a mundialização do capital como uma fase que se iniciou no decorrer da década de 1980 e que difere do fordismo, pois embora tenham ressurgido alguns dos aspectos característicos da época imperialista, tais como extrema centralização e concentração do capital e interpenetração da indústria e das finanças, diferenciam no sentido e no conteúdo:

[...]o sentido e o conteúdo de acumulação de capital e dos seus resultados são bem diferentes: o capitalismo parece ter triunfado e parece dominar todo o planeta, mas os dirigentes políticos, industriais e financeiros dos países do G7 cuidam de se apresentarem como portadores de uma missão histórica de progresso social. O que é significativo é a quantidade de variações sobre o tema do “fim da história” e do “fim das utopias”, incluindo-se nestas as promessas de uma vida decente para todos, a hora do “darwinismo social” sob diversas formas teóricas, algumas de forte conotação racista. O estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira. Seu veículo são os títulos (securities) e sua obsessão, a rentabilidade aliada à “liquidez”, da qual Keynes denunciara o caráter “anti-social”, isto é, antiético ao investimento de longo prazo. Não é mais um Henry Ford ou um Carnegie, e sim o administrador praticamente anônimo (e que faz questão de permanecer anônimo) de um fundo de pensão com ativos financeiros de várias dezenas de bilhões de dólares, quem personifica o “novo capitalismo” de fins do século XX. (CHESNAIS, 1996, p. 14)

A crise do liberalismo clássico foi apontada por John Keynes, em 1926, que, após uma análise do cenário histórico e das objeções ao sistema da época, concluiu que seria necessário um próximo passo de reflexão e não de agitação política ou de experimentos prematuros, uma vez que

No campo da ação, os reformadores não terão êxito até conseguirem firmemente seguir um objetivo claro e definido, formulado através da sintonia de seus intelectos e sentimentos. Atualmente não existe um partido no mundo que me pareça estar querendo atingir os objetivos certos, pelos métodos certos. A pobreza material fornece estímulos à mudança precisamente em situações em que existe muito pouca margem para experiências. A prosperidade material remove tais estímulos justamente quando seria seguro tentar realizá-los. A Europa carece dos meios, e a América da vontade de fazer um movimento. Precisamos de um novo conjunto de convicções que saltem naturalmente de um exame ingênuo de nossos sentimentos interiores em relação aos fatos exteriores. (KEYNES, 1983, p.9)



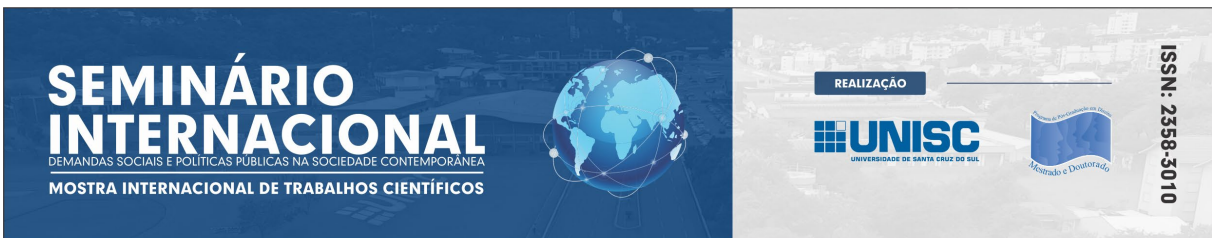
A crise do sistema econômico liberal então abriu espaço para uma efetiva intervenção do Estado na economia e na sociedade; e o capitalismo cedeu espaço às chamadas políticas keynesianas, em um cenário no qual os movimentos de esquerda (socialismo/comunismo) e de direita (fascismo/nazismo) eram muito fortes. Na realidade, os direitos sociais foram legalmente reconhecidos e as políticas sociais se expandiram no limite entre a conquista de direitos e a reestruturação do capital (BOSCHETTI, 2010, p. 68).

Durante o Welfare State foi promovida uma economia social e moral através das atividades de um Estado intervencionista, que se transformou na verdade num campo de força que internalizou relações de classe, ao passo que sindicatos e partidos políticos de esquerda tiveram uma influência bastante concreta em seu aparato. Entretanto, o desemprego e a inflação se ampliavam em toda parte, desencadeando uma fase global de estagflação que duraria até parte dos anos 1970, com a crise da acumulação do capital. Esse panorama apontou para “a emergência de uma alternativa socialista ao compromisso social entre capital e trabalho que fundamentara com tanto sucesso a acumulação do capital no pós-guerra” e, na ocasião, as forças populares e os partidos comunistas e socialistas se expandiam na Europa e até mesmo nos Estados Unidos, o que representava uma verdadeira ameaça política às elites econômicas e classes dirigente em toda parte, tanto em países capitalistas avançados como em muitos países em desenvolvimento (HARVEY, 2008, p. 20-23).

O capital monetário, obcecado pelo “fetichismo da liquidez”, tem comportamentos patologicamente nervosos, para não dizer medrosos, de modo que a “busca de credibilidade” diante dos mercados tornou-se o “novo Graal” dos governos. O nível de endividamento dos Estados perante os grandes fundos de aplicação privados (os “mercados”) deixa-lhes pouca margem para agir senão em conformidade com as posições definidas por tais mercados... salvo que questionem os postulados do liberalismo. Pelo contrário, assim que surgem dificuldades, as instituições financeiras internacionais e as maiores potências do globo precipitam-se em defesa dos privilégios desse capital monetário, quaisquer que sejam o preço a pagar e os custos a socializar por via fiscal (CHESNAIS, 1996, p. 15).

Boaventura de Sousa Santos discorre sobre a globalização e o consenso neoliberal que lhe confere características dominantes:

A globalização, longe de ser consensual, é, como veremos, um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro; e mesmo o interior do campo hegemônico há divisões mais ou menos significativas. No entanto, por sobre todas as suas divisões internas, o campo hegemônico actua na base de um consenso entre os mais influentes membros. É esse consenso que não só confere à globalização as suas características dominantes, como também legitima estas últimas como as únicas possíveis ou as únicas adequadas. (SANTOS in SANTOS, 2002, p. 27)



A doutrina neoliberal, proposta por economistas franceses, alemães e norte-americanos, na primeira metade do século XX, se voltou para a adaptação dos princípios do liberalismo clássico às exigências de um Estado regulador e assistencialista, que deveria controlar parcialmente o funcionamento do mercado. O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro (HARVEY, 2008, p. 11).

Harvey (2008 ,p. 35) constata que “Enquanto no final do século XIX acalentaram a idéia de conquista colonial, no século XX os Estados Unidos desenvolveram um sistema mais aberto de colonialismo sem colônias.”.

Ávidos por crédito, os países em desenvolvimento foram estimulados a se endividar pesadamente, com taxas vantajosas para os banqueiros de Nova York. Mas, como os empréstimos eram em dólares norte-americanos, todo aumento modesto, para não falar dos acentuados, nas taxas de juro nos Estados Unidos podia facilmente levar países vulneráveis à inadimplência, expondo os bancos de investimento de Nova York a sérias perdas.

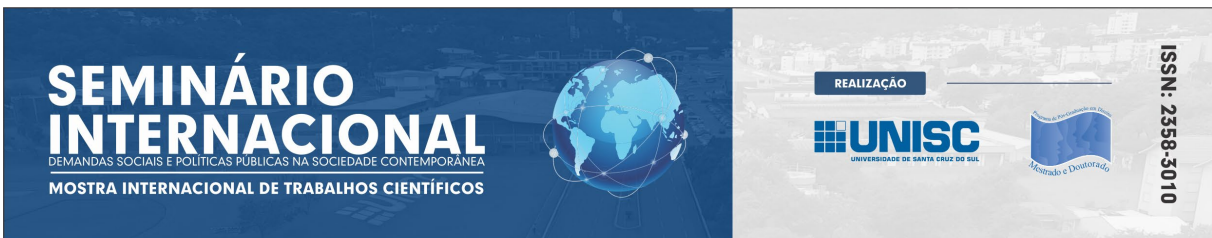
[...]O FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então centros de propagação e implantação do fundamentalismo do livre mercado e da ortodoxia neoliberal. Em troca de reescalonamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. (HARVEY, 2008, pp. 36-37)

A partir de 1970, então, se expandiu na América Latina o que se convencionou chamar de padrão neoliberal de desenvolvimento. Ele se iniciou com experiências localizadas no Chile, Argentina e Uruguai, ganhou impulso nos anos 1980 e atingiu o seu auge nos 1990, tornando-se predominante na região com o estabelecimento do Consenso de Washington. (MARTINS, 2011, p. 313)

Simultaneamente ao crescimento das reivindicações dos movimentos sociais e ao avançar de um processo político de redemocratização institucional na região, delineava-se, no campo econômico, uma forte guinada para o neoliberalismo. Mundialmente, intensificava-se a implementação da lógica de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004, p. 115), que afetou o cenário latino-americano, assolado por crises financeiras, e ensejou inúmeros empréstimos de dólares em instituições supraestatais. (BELLO, 2012, pp. 57)

Martins aponta três grandes fases do neoliberalismo na América Latina:

A primeira nos anos 1980, quando o país hegemônico, mergulhado na sua crise de longo prazo, drenou os excedentes da economia mundial e não ofereceu nenhum tipo de reorganização da divisão do trabalho ou projeto de desenvolvimento para a região; a segunda, que se estabelece no início dos anos 1990, quando os Estados Unidos se



organizam para um novo ciclo expansivo e estabelecem um novo projeto de inserção internacional para a América Latina, condensando num conjunto de políticas públicas chamadas de Consenso de Washington. Podemos situar ainda uma terceira fase, na primeira década dos anos 2000, de hegemonia e decadência, quando o projeto neoliberal, ainda dominante, sofre modificações e adaptações em função da ascensão chinesa na economia mundial e de um consenso popular antineoliberal que provoca mudanças políticas na América Latina por meio do ressurgimento de nacionalismos de base popular ou ancorados na burocracia estatal, e enfoques de terceira via, que adaptam a macroeconomia neoliberal às políticas externas independentes e sociais compensatórias. (MARTINS, 2011, p. 131-314)

Em suma, a neoliberalização significou a “financeirização”, o que aprofundou o domínio das finanças sobre todas as outras áreas da economia, assim, como sobre o aparato do Estado, e, “Mais do que nunca o poder se concentra em pequenos grupos econômicos, e os países do capitalismo central seguem ditando regras que devem ser cumpridas pelos países de capitalismo periféricos” (BOSCHETTI, 2010, p. 67).

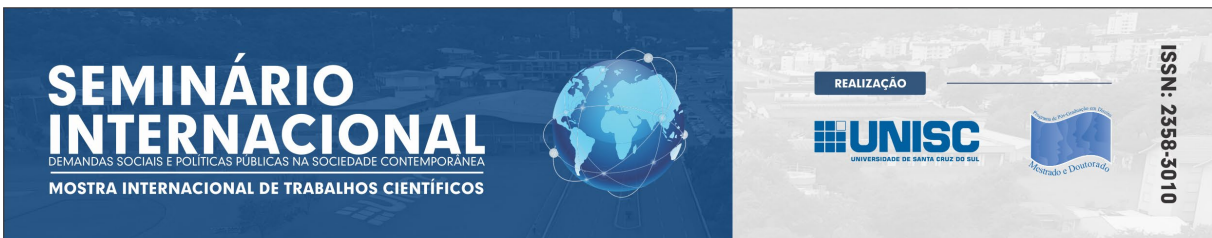
No contexto da evolução do Estado de bem-estar social, a onda reformista que varreu a América Latina nas últimas décadas parece verdadeiramente histórica. É histórica visto que se trata da privatização de um componente central do Estado de bem-estar social, mais especificamente, as pensões e aposentadorias. É histórica também na sua difusão, englobando um continente inteiro. (ESPING-ANDERSEN in COELHO, 2003, p. 13)

A questão laboral, por sua vez, está intimamente ligada às políticas públicas de seguridade social, que surgem justamente voltadas a um conflito de natureza laboral e às contingências sociais, e que, por sua vez, estão relacionadas a um contexto histórico e social, ganhando evidência após a Grande Depressão de 1929, a partir da inexistência de sistemas de proteção social às massas de trabalhadores que passaram a sofrer com o desemprego sem qualquer amparo nesse momento de crise.

Os sistemas de seguridade social, assim, se estruturam historicamente a partir de inúmeras categorias do direito do trabalho, de forma que é possível afirmar que o processo de mundialização do capitalismo afetou diretamente as políticas públicas a eles relacionadas.

À medida que reduz os recursos dedicados ao bem-estar social e reduz o seu papel em áreas como a assistência à saúde, o ensino público e a assistência social, que um dia foram tão fundamentais para o liberalismo embutido, o Estado vai deixando segmentos sempre crescentes da população expostos ao empobrecimento, tais quais os jovens, conforme exposto inicialmente. A rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual e desconsidera relevantes elos de solidariedade entre as gerações. Em geral se atribuem os fracassos pessoais a falhas individuais, e com demasiada frequência a vítima é quem leva a culpa, suporta a pressão do mundo contemporâneo e precisa lidar com as frustrações decorrentes de tudo isso. (HARVEY, 2008, p. 85)

“Apesar da opção constitucional dos países da América Latina por sistemas abrangentes de cobertura da questão social, a cidadania social experimenta um forte refluxo por conta da



redução das tarefas do Estado.” (BELLO, 2012, p. 74). Tal refluxo está intimamente ligado à hegemonia do neoliberalismo na região e a forma como essas práticas político-econômicas atingem os direitos sociais.

O desenvolvimento da América Latina, em geral, foi marcado por uma relação peculiar entre o Estado e a sociedade civil, em um contexto marcado por partidos políticos regionais e oligárquicos, clientelismo rural, ausência de camadas médias organizadas politicamente, o que inviabilizou a institucionalização de formas de participação política e social da sociedade civil – o que torna a questão social da região complexa (BELLO, 2012, p. 23-28).

3. As vulnerabilidades dos jovens latino-americanos

Grosso (2017, p. 13) expõe que na sociologia a juventude é uma categoria social e histórica. Social porque faz parte da estrutura social enquanto coletividade de pessoas com idades semelhantes e por representar um símbolo – parte do imaginário social. Histórica, pois funciona de acordo com a sociedade, grupo específico ou classe social em que se dá – não sendo necessariamente existente em todas as sociedades. “Assim, ao analisar as juventudes concretas, é preciso fazer o cruzamento da juventude – como categoria social – com outras categorias sociais e condicionantes históricos” (GROSSO, 2016, p. 12).

A Lei nº. 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), apresenta um critério etário para a determinação de quem são as pessoas jovens: “Art. 1º. (...) § 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (BRASIL, 2013).

A taxa combinada de desemprego jovem e força de trabalho potencial dos jovens entre quinze e vinte e quatro anos – a LU3 medida da subutilização da mão de obra aplicada aos jovens – atualmente está em torno 20 por cento em todo o mundo, sendo mais baixa na América do Norte, totalizando 10,9 por cento, e, uma das mais altas na América Latina e Caribe, onde chega a 26,7 por cento – que perdem apenas para África do Norte e Estados Árabes. A incompatibilidade entre oferta e demanda de trabalho é mais aguda para os jovens do que para adultos em todas as sub-regiões. Além disso, globalmente, a proporção de jovens subutilizados é três vezes maior que alta que a parcela equivalente entre adultos; esta proporção de jovens para adultos, segundo o último relatório da Organização Internacional do Trabalho, intitulado



em inglês “Global Employment Trends for Youth 2020: Technology and future of Jobs”. (ILO, 2020, p. 37)

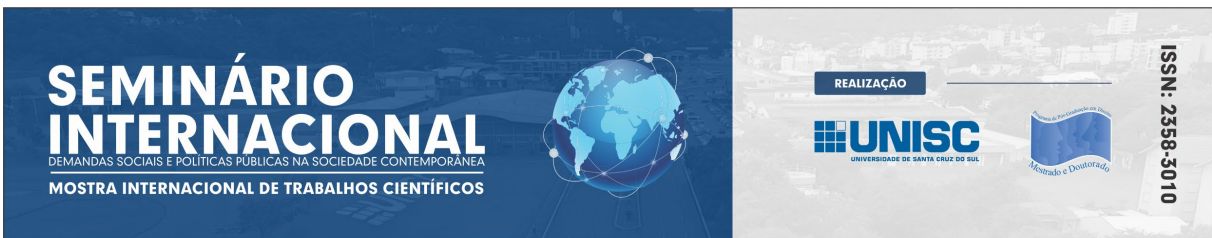
Nas últimas décadas, observou-se na América Latina uma rigidez nas camadas mais pobres em que os jovens tivessem possibilidade de superar o alcance educacional limitado dos mais velhos, de forma que somente um em cada três filhos de pais que não completaram o ensino primário conseguiu concluir o ensino secundário. De 72% a 96% das famílias em situação de pobreza e de pobreza extrema provêm de domicílios em que os pais tiveram menos de nove anos de estudo, “opera-se assim, de fato, um círculo vicioso” (KLIKSBERG, 2010, p. 244-245).

Atualmente, os efeitos da pandemia de Covid-19 evidenciaram a fragilidade dos sistemas de proteção social, saúde, educação e emprego, em especial, na América Latina e Caribe estima-se que haverá mais 45 milhões de pessoas em situação de pobreza, número que representará 37% da população da região (CEPAL; UNESCO, 2020); no caso da juventude, essa repercussão é maior, pois somado aos desafios educacionais resultantes da suspensão das atividades presenciais das escolas e universidades. Além disso, há o impacto sobre o emprego, expresso nos 34 milhões de trabalhadores que perderam seus empregos, sendo que em 2020 o emprego diminuiu mais entre as mulheres, que representam 5%, e entre os mais jovens, que correspondem a 8,7% (OIT, 2021).

As projeções da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2020, p. 5), abrangendo 180 países e territórios, estimaram que cerca de 24 milhões de estudantes (do ensino pré-primário ao ensino superior) estavam em risco de não regressar às instituições de ensino em 2020, incluindo centros de saúde, escolas, universidades ou outras instituições de formação. O ensino superior foi o mais afetado, com um declínio estimado de 3,5% nas matrículas, resultando em 7,9 milhões de alunos a menos.

Especificamente no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio Contínua (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referente ao primeiro trimestre de 2022, a atual taxa de desocupação de jovens é de 30,6%, sendo que essa apresentou patamar elevado em relação à taxa média total do país de 11,1. Referida taxa de desocupação referente ao grupo de idade entre 18 e 24 anos era de 16,4% ano 2012, 24,1% em 2016, 21,7 em 2021, até chegar à atual (IBGE, 2022).

Gênero e raça são outros dois recortes que interferem nas trajetórias dos jovens. As moças pobres se “beneficiam” do crescimento do emprego doméstico, mas as moças de classes sociais diferentes ganham menos que os rapazes quando ocupam os mesmos postos de trabalho. Mas se a “boa aparência”, exigida para certos postos de



trabalho, exclui os jovens e as jovens mais pobres, esse “requisito” atinge particularmente jovens negros e negras. Enfim, ser pobre, mulher e negra ou pobre, homem e branco faz diferença. (NOVAES, 2003, p. 122)

Os dados do IBGE demonstram que o desemprego no Brasil é juvenil, feminino, negro e metropolitano; há um mercado de trabalho globalizado, com necessidades específicas e exigências cada vez maiores, ao passo em que há fragilidade de um sistema educacional excludente, com altos índices de analfabetismo, o que acentua as desigualdades sociais e resulta na forte restrição dos horizontes de vida (ROVARON, 2020, p. 85).

Ocorre que o panorama de desenvolvimento posto para a América Latina nas próximas décadas, conforme abordado anteriormente, é de alto risco. Os padrões de desenvolvimento que o capitalismo dependente estabelece para a região, de acordo com Carlos Eduardo Martins:

aprofundam a superexploração; proporcionam perspectivas de crescimento econômico medíocres ou insustentáveis; criam vulnerabilidades políticas e sociais; deterioram o meio-ambiente, afetando o equilíbrio ecológico; e articulam-se a uma diretriz de expansão do sistema mundial que é decadente e está em crise civilizatória. (MARTINS, 2011, p. 341)

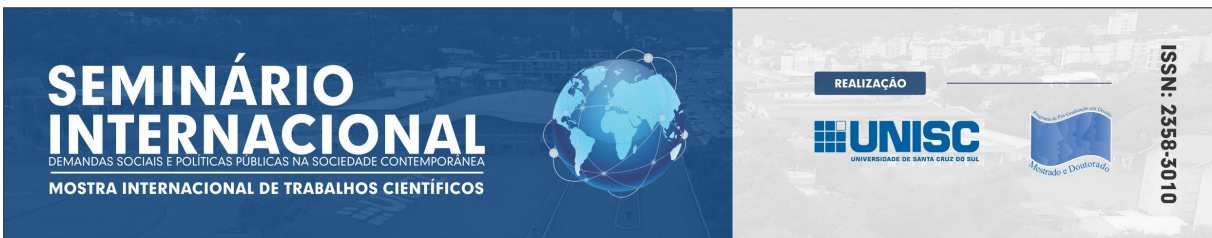
Certamente essas vulnerabilidades políticas e sociais abarcam os jovens, os quais são peças importantes para a construção de um futuro melhor diante da citada crise civilizatória e se encontram em risco de estigmatização de forma duradoura.

As conclusões da 101ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho ocorrida em Genebra em 2012 indicaram, entre outras, que:

1. Os jovens representam a promessa da mudança das sociedades para melhor. E, no entanto, não há empregos suficientes para eles. Milhões de jovens também não estão a fazer a transição para um trabalho digno e correm o risco de exclusão social.
2. Em 2012, cerca de 75 milhões de jovens no mundo estão desempregados, mais 4 milhões do que em 2007, e mais de 6 milhões desistiram já de procurar emprego. Mais de 200 milhões de jovens trabalham mas ganham menos de 2 dólares americanos por dia. O emprego informal entre os jovens continua a ganhar terreno.
3. A crise do emprego jovem, agravada de forma considerável pela crise econômica e financeira mundial, impõe hoje que os governos, os empregadores e os trabalhadores trabalhem ainda mais para promover, criar e manter empregos dignos e produtivos.
4. O desemprego e o subemprego persistentes dos jovens comportam custos sociais e econômicos muito elevados e ameaçam o tecido social das nossas sociedades. A incapacidade de gerar empregos dignos em número suficiente pode estigmatizar os jovens de forma duradoura. (Resolução e conclusões da 101ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, 2012, p. 2)

Além disso, a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU inclui metas relacionadas à juventude:

- 8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação
[...] 8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]. (<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods8/>)



No entanto, todo cenário não só não garante a proteção integral desses jovens, como os lança na precariedade, endividados, sem perspectivas a curto, médio ou longo prazo, desde a falta de condições de acesso a um ensino superior de qualidade, à inserção no mercado de trabalho e a garantias de segurança e sustento através dessa. Assim, quebram-se elos de solidariedade intra e entre gerações.

Standing (2014, p. 12-17) na obra “O precariado” estuda a criação de uma classe, a qual destaca ser uma classe em formação, a qual chama de precariado – a soma do adjetivo precário e do substantivo proletariado –, e que é global, complexa e que consiste em grupo considerável de pessoas sem uma âncora de estabilidade. O autor aponta que tal classe é resultado do neoliberalismo, da competitividade de mercado, do homem econômico, da maximização da concorrência e da competitividade, bem como inclui jovens instruídos e descontentes, alienados pela abordagem neoliberal que insta a um a vida de empregos, flexibilidade e crescimento econômico mais rápido.

Enquanto classe emergente, o precariado

Consiste em pessoas que têm relações de confiança mínima com o capital e o Estado, o que as torna completamente diferentes do assalariado. E ela não tem nenhum a das relações de contrato social do proletariado, por meio das quais as garantias de trabalho são fornecidas em troca de subordinação e eventual lealdade, o acordo tácito que serve de base para os Estados de bem-estar social. Sem um poder de barganha baseado em relações de confiança e sem poder usufruir de garantias em troca de subordinação, o precariado é *sui generis* em termos de classe. Ele também tem uma posição de status peculiar, não se encaixando em alto status profissional ou em atividades artesanais de médio status. Uma forma de explicar isso é dizendo que o precariado tem “status truncado”. (STANDING, 2014, p. 25-26).

Daí a importância dos símbolos na formação de uma classe e na construção de sua identidade, “promovendo uma consciência de afinidade e uma base para solidariedade”, sendo que “A evolução do precariado como agência de uma política de paraíso ainda precisa passar do teatro e das ideias visuais de emancipação para um conjunto de exigências que vão envolver o Estado em vez de meramente confundir-lo ou irritá-lo.” (STANDING, 2014, p. 18).

Tal como o precariado é heterogêneo e complexo, a trajetória dos jovens – incluídos nessa classe – também é, como destacam Nadya Araujo Guimarães, Leticia Marteleto e Murillo Marschner Alves de Brito, autores do estudo fruto de um processo de colaborações e discussões coordenadas pelo Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Brasília no marco do projeto internacional de pesquisa comparativa sobre “A Transição da Escola para o Trabalho dos/das Jovens no Brasil” (TET), realizado a partir de 2013:



as trajetórias juvenis são heterogêneas e caracterizam-se pela riqueza de experiências nelas envolvidas: estudam e trabalham ao mesmo tempo, saem da escola e mais tarde retornam, começam o primeiro emprego e retornam à escola. Esses são, entre muitos outros, alguns possíveis enlaces entre trajetórias laborais, escolares e familiares. Entendê-los supõe o uso de arcabouços conceituais e metodológicos que levem em conta essa específica natureza.

[...] assumimos que a transição para a vida adulta só pode ser entendida se a capturarmos como um movimento que intersecciona múltiplas transições: as transições educacionais, as transições na condição familiar, as transições no mercado de trabalho. Só assim será possível ressaltar as especificidades brasileiras concernentes aos padrões de inserção ocupacional de jovens, em seus elos com a dinâmica particular do nosso mercado de trabalho, da estruturação e da acessibilidade aos diversos níveis educacionais e das mudanças na posição na família e nas responsabilidades familiares. (GUIMARÃES; MARTELETO; BRITO, 2018, p. 13)

Levando-se em conta essas transições, quais sejam, as transições educacionais, as transições na condição familiar, as transições no mercado de trabalho, o cenário latino-americano é preocupante.

Com relação às transições educacionais, está-se diante de uma mercantilização da educação e endividamento dos jovens latino-americanos.

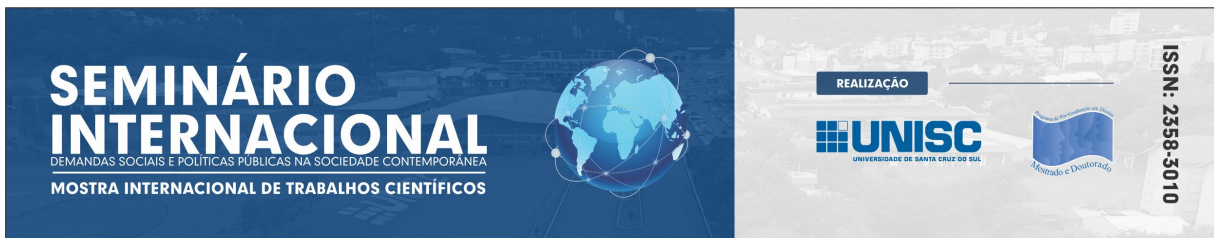
No Chile, laboratório neoliberal na América Latina, em março de 2010 haviam mais de 272 mil estudantes endividados, já em 2015 esse número passava de 686 mil, sendo que o montante em jogo também aumentou consideravelmente, de 200 milhões de pesos a mais de 2,5 bilhões de pesos chilenos:

Em 2019, 1.268.510 alunos já estavam matriculados no Ensino Superior, um aumento de 604.831 registros em comparação com 2005. 72% desse aumento concentrou-se apenas em 20 instituições, conforme pode ser visto na Tabela N° 2. Assim, enquanto esses estabelecimentos representavam 32% do total de matrículas em 2005, hoje respondem pela metade das matrículas do país, com mais de 646 mil alunos. Estas são as instituições que pertencem aos seguintes grupos educacionais: i) Laureate International (Universidad Andrés Bello, Las Américas, Viña del Mar e Instituto Profesional AIEP); ii) Santo Tomás (Universidad, IP y CFT); iii) INACAP (Universidad, IP y CFT) y iv) Pontificia Universidad Católica (Universidad, IP y CFT Duoc UC). Além disso, nesta lista, existem aquelas Universidades investigadas com fins lucrativos, como a Universidad San Sebastian, Autónoma, Central del Desarrollo, entre outros.

É importante acrescentar que essas 20 instituições registraram lucros superiores a US\$ 151 bilhões de pesos, segundo as últimas informações disponíveis (ano 2018), montante que representa 69% dos lucros gerados por todo o sistema de ensino superior chileno.

É justamente nessas instituições que 67,9% dos alunos recorrem ao CAE e 67,9% dos recursos que todo o sistema recebeu desta forma do ensino superior chileno desde 2006, o que equivale a US \$ 4 bilhões (milhões de milhões de pesos). O Laureate International Group sozinho recebeu mais de US \$ 1,1 bilhão de por meio do CAE. (KREMERMAN, PÁEZ, SÁEZ, 2020, p. 19)

No Brasil, é possível observar um movimento de estagnação ou continuação da massificação de baixa qualidade do ensino e uma forte tendência à adoção de uma lógica comercial, uma vez que o setor privado é responsável por “76% de mais de 8 milhões de



matrículas em cursos de graduação – colocando o Brasil entre os países com a maior proporção de matrículas privadas em todo o mundo” (ARAÚJO FILHO, 2018, p. 25):

De fato, a expansão do Ensino Superior no Brasil sempre ocorreu com a participação do setor privado, composto majoritariamente por Instituições de Ensino Superior (IES) comunitárias, religiosas e filantrópicas, e desempenhando um papel complementar ao setor público. Com o tempo, a situação progrediu e, em 1997, o setor privado foi responsável por 61% das matrículas. Com a legalização de instituições com fins lucrativos, o sistema ganhou uma nova dinâmica, resultando em 2.364 IES em 2015, entre as quais 2.069 eram privadas, com IES com fins lucrativos respondendo por cerca de 50% das matrículas.

[...] Com o apoio de fundos de investimento – em sua maioria estrangeiros –, uma subseção das IES com fins lucrativos começou a adquirir instituições menores, fundindo-se a outras, lançando suas ações na bolsa de valores e transformando-se em grandes grupos comerciais. Onze desses grupos detêm cerca de 40% das matrículas, com um deles detendo quase a metade desse percentual. (ARAÚJO FILHO, 2018, p. 26)

Bourdieu apura que o valor do diploma universitário está relacionado à posse de capitais econômico, cultural e social, de modo que a origem social do jovem ganha destaque na determinação de sua posição futura do que propriamente seus esforços individuais em torno da sua qualificação formal:

A defasagem entre as aspirações produzidas pelo sistema escolar e sua oferta concreta de oportunidades e, em uma fase de inflação dos diplomas, um fato estrutural que, em diferentes graus - segundo a raridade dos respectivos diplomas e segundo sua origem social -, afeta todos os membros de uma geração escolar. Tendo ingressado, recentemente, no ensino secundário, as classes são levadas a esperar, pelo simples fato desse acesso, o que este proporcionava no tempo em que, praticamente, estavam excluídas desse ensino. Tais aspirações - que, em outro tempo e para outro público, haviam sido perfeitamente realistas por corresponderem a oportunidades objetivas – são frequentemente desmentidas, de forma mais ao menos rápida, pelos veredictos do mercado escolar ou do mercado de trabalho. (BORDIEU, 2007, p. 135-136)

Há uma desilusão coletiva quanto ao mercado de trabalho, que se encontra na origem da desafeição em relação ao trabalho e com as manifestações de recusa da finitude social:

A desilusão coletiva que resulta da defasagem estrutural entre as aspirações e as oportunidades, entre a identidade social que o sistema de ensino parece prometer ou aquela que propõe a título provisório e a identidade social que oferece, realmente, para quem sai da escola, o mercado de trabalho, encontra-se na origem da desafeição em relação ao trabalho e com as manifestações de recusa da finitude social, alisa, raiz de todas as fugas e de todas as recusas constitutivas da “contracultura” adolescente. Sem dúvida, essa discordância – e o desencantamento engendrado por seu intermédio – assume formas diferentes, do ponto de vista objetivo e subjetivo, segundo as classes sociais. (BORDIEU, 2007, p. 135-136)

A mercadorização do ensino superior legitima uma falta de clareza de ideias e torna os sistemas escolares “uma parte consistente da sociedade de mercado, pressionando a educação na direção da formação de “capital humano” e da preparação para o trabalho. Isso tem sido um dos mais indecorosos aspectos da globalização.” (STANDING, 2014, p. 110).



Há duas armadilhas da precariedade para os jovens que saem do ensino superior. A primeira é a armadilha da dívida. Considere que eles querem construir identidades e carreiras profissionais, as quais exigem uma estratégia de longo prazo. Saem da faculdade com certificados e dívidas e já encontram oficiais esperando com postura ameaçadora para receber o pagamento assim que recém formados começarem a ganhar dinheiro (ou mesmo que não ganhem).

[...]Uma coisa leva a outra. Em geral, os jovens estão divididos entre suas aspirações, apoiados por certificados e anos de estudo, e sua necessidade de renda. Essa é a segunda armadilha da precariedade. Eles podem assumir um emprego temporário porque precisam da renda para viver e para pagar a dívida. Eles não podem assumir um emprego temporário porque isso pode enfraquecer suas perspectivas de uma alternativa de construção de carreira. STANDING, 2014, p. 118-119).

Parece evidente que as realidades sociais, políticas, econômicas e culturais relacionadas às noções de direito do trabalho e de relações laborais e as realidades passaram por profundas transformações em razão da globalização.

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes, na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário, o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2015, p. 61-62)

Ferreira (2002, p. 266) aponta uma descaracterização do paradigma clássico do direito do trabalho e das relações laborais, que o mesmo analisa sob três aspectos:

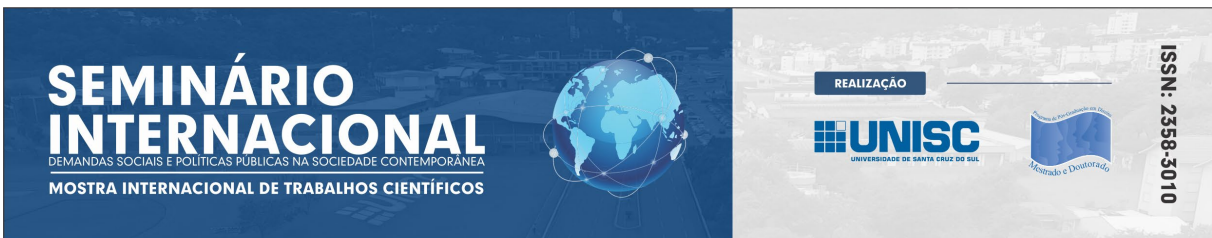
Partimos da hipótese de que a crise do emprego, a perda da dimensão colectiva, e o esbatimento do contrato de trabalho, constituem três dos factores que melhor exprimem o processo de crise e de transformação da relação salarial fordista e do modelo “clássico” de direito do trabalho. (FERREIRA, 2002, p. 266)

Com relação à segregação de jovens e idosos apontada:

Se tudo é “mercadorizado” - avaliado em termos de custos e recompensa financeira -, as reciprocidades morais se tornam frágeis. Se o Estado elimina formas trabalhistas de seguro social que criam um sistema sólido de solidariedade social, ainda que injusto, sem colocar nada comparável em seu lugar, então não há nenhum mecanismo para criar formas alternativas de solidariedade. Para construir um mecanismo, deve haver um senso de estabilidade e previsibilidade. O precariado carece de ambos. Está sujeito à incerteza crônica. O seguro social prospera quando há uma probabilidade mais ou menos igual de mobilidade ascendente e descendente, de ganhar e de perder. Numa sociedade em que o precariado está crescendo, e em que a mobilidade social é limitada e está em declínio, o seguro social não pode ter sucesso. Isso ressalta uma característica atual do precariado. (STANDING, 2014, p. 45)

O processo crescente de internacionalização do capital ampliou as clivagens sociais que caracterizam a classe trabalhadora brasileira:

E nesse quadro, caracterizado por um processo de precarização estrutural do trabalho, os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. E flexibilizar a legislação social do trabalho significa – não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso – aumentar ainda mais os mecanismos de extração do



sobretabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais arduamente conquistados pela classe trabalhadora. (ANTUNES, 2015, p. 130)

A influência neoliberal na América Latina alcançou resultados, política e ideologicamente, além dos esperados por seus idealizadores, especialmente do ponto de vista social, em que a “globalização da pobreza” colocou em evidência o aumento da exclusão e da vulnerabilidade de amplos setores da América Latina (STEIN, 2006, p. 84-85).

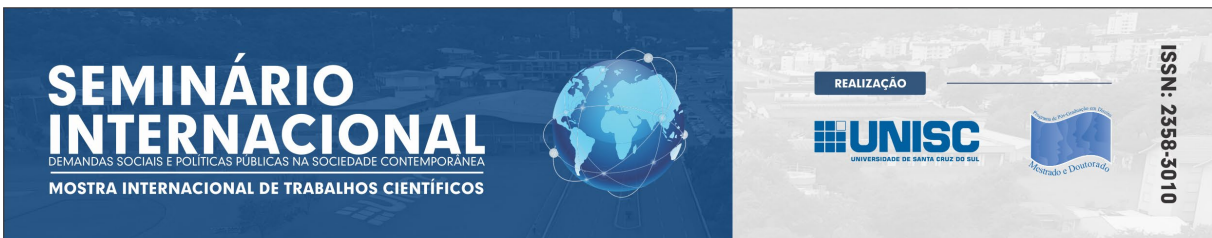
Mas, há que se ter também em mente que a história laboral dos jovens acontece paralelamente a outros eventos que lhes são igualmente importantes. Por certo, o enlace entre dimensões da vida não é uma característica exclusivamente juvenil. Entretanto, entre os mais jovens, tais eventos transcorrem num período em que se localizam outras transições relevantes ao curso da vida, porque decisivas no seu processo de autonomização de status (Alisson, 1984; Elder, 1985). (GUIMARÃES; MARTELETO; BRITO, 2018, p. 13)

Além dos direitos sociais trabalhistas, outro setor importante a ser destacado ao lado desse são os sistemas de previdência social, que foram alvos das políticas neoliberais nas últimas décadas. Dois fatores preponderantes conspiraram para tornar a privatização ou o enfraquecimento da previdência social um fato consumado em países latino-americanos: a escassez crônica de capital e a dependência exagerada dos fluxos de capital estrangeiro para financiar o crescimento. Os sistemas de repartição existentes tornaram-se o alvo comum daqueles que pretendiam obter a estabilidade macroeconômica, principalmente porque eram uma das principais causas da perda de poupança, necessitando cada vez mais de subsídios para cobrir o desequilíbrio entre contribuintes e beneficiários (ESPING-ANDERSEN *in* COELHO, 2003, p. 14).

Com relação aos direitos sociais previdenciários, cumpre esclarecer que, tendo em vista serem um dos principais alvos do neoliberalismo, sofreram reflexos significativos, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, nas últimas décadas.

4. A solidariedade intergeracional prejudicada

O Chile foi o país que deu início à onda neoliberal que atingiu toda a região, quando nos anos 1970 Milton Friedman – um dos principais economistas defensores do neoliberalismo que recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1976 – foi responsável por assessorar Augusto Pinochet a implementar a primeira e mais emblemática experiência neoliberal. As medidas imediatamente adotadas foram a privatização das empresas estatais chilenas e do sistema previdenciário.



Ocorre que restam a desigualdade e as falhas no sistema de previdência chileno cada vez mais evidentes:

Apesar do número de mortos, o terremoto de 8,8 graus de magnitude ocorrido em fevereiro de 2010 no Chile produziu imagens impressionantes de saques a supermercados do que de destruição. Telespectadores, comentaristas e alguns economistas de todo o mundo ficaram estarelecidos com aquelas pessoas roubando comida, roupas e eletrodomésticos em meio ao caos. Alguns acusaram os saqueadores de oportunistas baratos, gente sem coração e desrespeitosa. Por trás dessas críticas estava a certeza de que essas pessoas extrapolaram porque o Chile, no entender desses críticos, é um país com baixo nível de pobreza, logo, sem justificativa para tal atitude. Quando a forte ação política provocou devolução de eletrodomésticos em Palomares, subúrbio de Concepción, a cidade mais atingida pelo tremor, descobriu-se quem eram os saqueadores. Muitos eram idosos que, no desespero, acreditaram que aquele era um bom momento para roubar uma TV moderna ou uma bicicleta para presentear os netos. Nada justifica o crime, mas uma coisa é fato: todos ali eram pobres. Embora a presidente Michelle Bachelet tenha creditado os saques menos ao flagelo e mais a um apodrecimento moral, o episódio revelou, sim, uma desigualdade surpreendente em um país tão louvado no mundo por sua gestão econômica. (FÉLIX, 2010, p. 91)

A recente crise que assola o Chile, acompanhada de greves gerais e protestos iniciados em outubro de 2019 corrobora essa análise. A redução dos recursos dedicados ao bem-estar social e do papel do Estado em áreas como a assistência à saúde, o ensino público e a assistência social vai deixando diversos segmentos da população expostos ao empobrecimento – especialmente jovens conforme supracitado. A própria seguridade social acaba sendo reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual, e, “Em geral se atribuem os fracassos pessoais a falhas individuais, e com demasiada frequência a vítima é quem leva a culpa” (HARVEY, 2008, p. 85).

Os dados relativos às transições anuais da juventude na América Latina em 2019 demonstram que a informalidade é uma condição que se mantém para cerca de metade dos jovens, marginalizando especialmente as populações vulneráveis:

Transições anuais da juventude (15 a 29 anos) nos mesmos países mostram que, em média, 57% das homens e 50% das mulheres que deixam um emprego informal encontram um informal (OCDE / CAF / CEPAL, 2016) (Gráfico 3.9). No total, essa dinâmica indica um alto grau de rotação. Isso implica que a maioria dos trabalhadores, especialmente entre as populações vulneráveis, passam por períodos de inatividade no emprego, desemprego e informalidade.

A predominância de empregos informais de baixa qualidade, aliada ao alto grau de rotatividade entre situações de trabalho precário, deixa muitos trabalhadores em situação de vulnerabilidade, com renda baixa e instável e pouca proteção social. (OCDE et al., 2019, p. 117 – tradução livre)

E, nesse cenário, os jovens ingressam no mercado de trabalho precarizado, cujo sistema previdenciário exige contribuições crescente para o financiamento dos benefícios previdenciários do número crescente dos beneficiários desses:



A juventude do século XXI precisa buscar cada vez mais qualificações, a um alto custo, a fim de ter uma baixa probabilidade de conquistar um ponto de entrada na carreira - um a miragem distante para muitos. Além disso, mesmo que tenha êxito, ela pagará contribuições, como os trabalhadores atuais, para as pensões dos trabalhadores de ontem. Com o os custos dessa operação estão se elevando, principalmente por causa dos idosos, o Estado está aumentando as contribuições que os trabalhadores devem pagar atualmente e está aumentando a idade mínima para que os atuais empregados comecem a obter um a pensão. (STANDING, 2014, p. 122-123)

No Brasil, desde a promulgação da CRFB, o sistema de seguridade vem sofrendo ataques através de sucessivas reformas, sempre sob o viés fiscal, com fundamento no aumento da expectativa de vida, a sustentabilidade do sistema e o conjecturado déficit – fundamento recorrente há mais de 30 anos.

A Lei nº. 13.467, de 13 de julho de 2017, implementou a “Reforma Trabalhista”, com o intuito de adequação da legislação trabalhista às novas relações de trabalho, modificando diversos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº. 5.452/1943, CLT), sendo possível destacar dois pontos relevantes: a permissão de forma expressa da terceirização de maneira ampla, ou seja, de quaisquer das atividades da contratante (tomadora), inclusive de sua atividade principal; e o contrato intermitente, nova modalidade de contratação expressamente prevista com a reforma, que se configura pela prestação de serviços não contínua e com alternância de períodos de inatividade durante meses, dias ou horas, independentemente do tipo de atividade desenvolvida pela empresa ou pelo funcionário, não havendo jornada de trabalho, mas sim períodos de trabalho.

Tais mudanças na legislação trabalhista estão intimamente ligadas aos direitos previdenciários, uma vez que têm impacto na qualidade de segurado dos trabalhadores, bem como nas contribuições previdenciárias dos mesmos.

Já a Emenda Constitucional nº. 103 de 12 de novembro de 2019, implementou a nova “Reforma da Previdência”, alterando diversas regras atinentes ao sistema de previdência social, incluindo profundas alterações no RGPS, especialmente quanto à desconstitucionalização de normas que antes faziam parte do art. 201 da CRFB, à extinção da aposentadoria por tempo de contribuição sem idade mínima, aos critérios de concessão de benefícios previdenciários, à nova sistemática de cálculo do valor dos benefícios e à acumulação de benefícios.

Eis o grande desafio para as políticas públicas no Brasil atualmente: projetar tanto a situação dos jovens quanto dos idosos. Ocorre que a análise dessa situação fica ainda mais complexa quando se considera todos os fundamentos desse estudo.

Portanto, o caminho talvez seja o extremamente oposto ao recomendado pelos economistas monetaristas. Estes, preocupados exclusivamente com a competitividade



e o lucro das empresas, mas desatentos com a questão social, vêm defendendo a quebra do “pacto social” em nome da luta por competitividade no mercado global. Para tal fim, sustentam que a informalidade do mercado de trabalho e as mudanças na concepção da relação de emprego são fatores irreversíveis e que devem nortear as políticas no campo social; vale dizer, uma vez que não nos devemos pautar pela relação empregado-empregador, o custeio do sistema também não pode ser mais visto como sustentáculo nas contribuições sobre “folha de salários”, pois “salário” é a forma de pagamento de apenas metade da população trabalhadora – já se cogita disso numa futura “reforma tributária”. (LAZZARI et.al., 2020, p. 6)

Com relação a essa projeção surge outro desafio relativo à solidariedade entre as gerações, uma vez que “A solidariedade familiar aliviou a precariedade inicial. Mas hoje, a precariedade foi estendida, enquanto a solidariedade familiar é mais fraca; a família é mais frágil e a geração mais velha não pode antever uma reciprocidade intergeracional equilibrada.” (STANDING, 2014, p. 107).

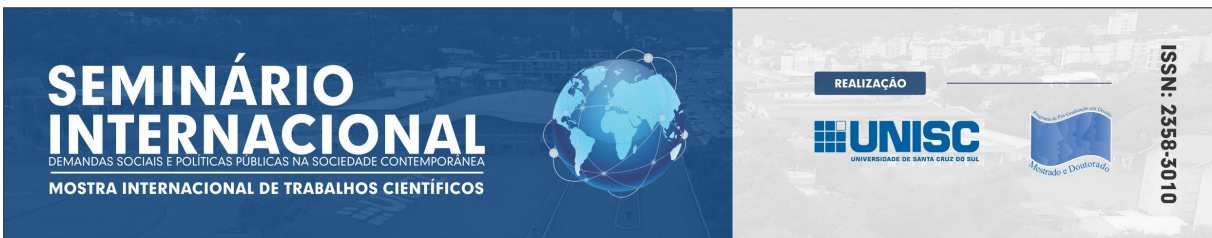
O enfraquecimento da solidariedade familiar gera o definhamento do importante acordo entre gerações:

Os jovens não vão querer ficar presos aos pais por compromissos econômicos se tem em a possibilidade de ter de lhes dar assistência por muito tempo na velhice, com um encolhimento do Estado e um a crescente longevidade elevando os custos potenciais de tal tarefa. A atrofia de um acordo entre gerações é acompanhada por relações sexuais e de amizade mais contingentes. (STANDING, 2014, p. 44)

Podem ser apontados dois fatores de solidariedade humana: “um de ordem técnica, transformador dos meios ou instrumentos de convivência, mas indiferente aos fins; e outro de natureza ética, procurando submeter a vida social ao valor supremo da justiça.” (COMPARATO, 2005, p. 38). As duas formas são complementares e indispensáveis para o movimento de unificação da humanidade, sendo que se a vida em sociedade não for baseada em uma harmonização ética, fundada nos direitos humanos, a tendência é a desagregação social:

A solidariedade técnica traduz-se pela padronização de costumes e modos de vida, pela homogeneização universal das formas de trabalho, de produção e troca de bens, pela globalização dos meios de transporte e de comunicação. Paralelamente, a solidariedade ética, fundada sobre o respeito aos direitos humanos, estabelece as bases para a construção de uma cidadania mundial, onde já não há relações de dominação, individual ou coletiva.

Ambas essas formas de solidariedade são, na verdade, complementares e indispensáveis para que o movimento de unificação da humanidade não sofra interrupção ou desvio. A concentração do gênero humano sobre si mesmo, como resultado da evolução tecnológica no limitado espaço terrestre, se não for completada pela harmonização ética, fundada nos direitos humanos, tende à desagregação social, em razão da fatal prevalência dos mais fortes sobre os mais fracos. (COMPARATO, 2005, p. 38)



Assim, o princípio da solidariedade consiste no “fator que contrapõe e permeia o jogo e a dualidade entre as atividades e obrigações dos particulares e do Estado (supletiva e subsidiária) quanto à proteção social” (SERAU JUNIOR, 2011, p. 134).

Por esse ângulo, é importante reconhecer e definir as vulnerabilidades dos jovens latino-americanos no intuito de preparar respostas jurídicas e políticas públicas efetivas permeadas pela justiça social no contexto do mundo globalizado.

5. Conclusão

Portanto, confirmada a hipótese de que as políticas neoliberais implantadas na América Latina nas últimas décadas expõem os jovens da região ao risco de estigmatização de forma duradoura e a vulnerabilidades políticas e sociais, em um cenário que não só não garante a proteção integral desses jovens, como os lança na precariedade, sem perspectivas diante da falta de condições de acesso a uma ensino superior de qualidade, à dificuldade de inserção no mercado de trabalho e à falta de garantias de segurança e sustento através dessa, o que leva à quebra de importantes elos de solidariedade social intra e entre gerações.

É importante buscar estudar possibilidades de criação de uma nova lógica social, de fortalecimento e da qualificação do sistema educacional, de melhoria das condições de trabalho através de uma visão mais humanizada das relações laborais, e, do fomento de políticas públicas que garantam segurança com relação às eventuais situações de vulnerabilidade, bem como a preservação da solidariedade social.

É necessário visar um futuro com uma vida com mais sentido nas esferas do ser social, baseada na solidariedade e na humanização, com o desenvolvimento de uma nova sociabilidade:

Os pontos abordados servem como base para o estudo das possibilidades de criação dessa vida e desse futuro para os jovens latino-americanos, na contramão do projeto neoliberal implementado na região, em busca de uma nova lógica social, do fortalecimento e da qualificação do sistema educacional, da melhoria das condições de trabalho através de uma visão mais humanizada das relações laborais, e, do fomento de políticas públicas que garantam segurança com relação às eventuais situações de vulnerabilidade, bem como a preservação da solidariedade social.

REFERÊNCIAS



ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 16.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ARAÚJO FILHO, Targino. **Repensando o Ensino Superior Privado no Brasil.** In BOSTON COLLEGE: 94º BOLETIM ENSINO SUPERIOR INTERNACIONAL, 2018. Disponível em: <<https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2018/07/boletim-boston94.pdf>>

BELLO, Enzo. **A cidadania no constitucionalismo latino-americano.** Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento.** Tradução Daniela Kern; Guilherme. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete [et al.]. **Capitalismo em crise, política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 09 de setembro de 2020.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em 09 de setembro de 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Dimensiones de la ciudadanía em el Brasil del siglo XIX.** In SABATO, Hilda (coord.). **Ciudadanía política y formación de las naciones: perspectivas históricas de América Latina.** México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO, Vera Schattan P. **A reforma da previdência social na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FÉLIX, Jorge. **Viver muito: outras ideias sobre envelhecer bem no séc. XXI (e como isso afeta a economia e o seu futuro).** São Paulo: Leya, 2010.

GROPPO, L.A. **Juventudes: sociologia, cultura e movimentos.** Universidade de Alfenas: Alfenas, 2016.

GROPPO, L.A. **Juventude e práticas socioeducativas.** Alfenas: Unifal, 2018.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; MARTELETO, Leticia; BRITO, Murillo Marschner Alves de. **Transições e Trajetórias Juvenis no Mercado Brasileiro de Trabalho: Padrões e Determinantes.** Organização Internacional do Trabalho, Brasília, Dezembro de 2018.

Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/document/publication/wcms_748393.pdf> Acesso em 06 de setembro de 2020.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2019.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações.** São Paulo: Edições Loyola, 2008. (Título Original: A brief history of neoliberalism, 2005)

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Global Employment Trends for Youth 2020: Technology and the future of jobs.** International Labour Office. Geneva: ILO, 2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_737648.pdf>

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo.** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

KEYNES, John Maynard. **O fim do "laissez-faire".** In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) Keynes (Economia). São Paulo: Ática, 1983, pp. 106-126. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4312431/mod_resource/content/1/KEYNES%2C%20John%20M.%20-%20O%20fim%20do%20laissez-faire%201926.pdf>

KREMERMANN, Marco; PÁEZ, Alexander; SÁEZ, Benjamín. **Endeudar para governar y**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL

DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA
MOSTRA INTERNACIONAL DE TRABALHOS CIENTÍFICOS



REALIZAÇÃO

UNISC
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

Assessora e Doutoranda

ISSN: 2358-3010

mercantilizar: El caso del CAE. Estudios de la Fundación SOL. Santiago, 2020. Disponível em: <http://www.fundacionsol.cl/wp-content/uploads/2020/05/CAE2020-1.pdf>

LAZZARI, João Batista; CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; ROCHA, Daniel Machado da; KRAVCHYCHYN, Gisele. **Comentários à reforma da previdência.** Rio de Janeiro: Forense, 2020.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2011.

OCDE et al. **Perspectivas económicas de América Latina 2019: Desarrollo en transición.** OECD Publishing, Paris, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/g2g9ff1a-es>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Desigualdades raciais no Brasil comprometem oportunidades de trabalho e desenvolvimento humano.** 2018. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/desigualdades-raciais-no-brasil-comprometem-oportunidades-de-trabalho-e-desenvolvimento-humano>

RESOLUÇÃO E CONCLUSÕES DA 101ª SESSÃO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A crise do emprego jovem: Um apelo à ação.** Genebra, 2012. Disponível em: < https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_311608.pdf>

SALANOVA, M.; GRACIA, F. J. & PEIRÓ, J. M. **Significado del trabajo y valores laborales.** In: PEIRÓ, J. M. & PRIETO, F. (Ed.) Tratado de Psicología del Trabajo. Volumen II: Aspectos psicosociales del trabajo. Madrid: Editorial Síntesis, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **A Globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Wandressa Puga dos; LISBOA, Wellington Teixeira. **Tendências Psicossociais e de Consumo da Geração Z e as Influências dos nativos digitais na Comunicação Organizacional.** In: Comunicon 2013 - Congresso Internacional em Comunicação e Consumo, 2013, São Paulo.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. **Seguridade Social como direito fundamental material.** 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2011.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa.** 1. ed.; 1. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 (Invenções Democráticas, v. IV).

STEIN, Rosa Helena. **Pobreza e desigualdade na América Latina sob o olhar dos organismos internacionais.** Ser Social, Brasília, n. 18, p. 75-125, jan/jun. 2006.